■ DOSSIÊ - RELATOS DE EXPERIÊNCIA

O Programa DF Alfabetizado e a Educação de Jovens e Adultos no Varjão

Resumo: Este relato de experiência aborda o processo de implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Classe Varjão, bem como suas correlações com o Programa DF Alfabetizado e com o curso de especialização Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na EJA, promovido pela Universidade de Brasília. Para tanto, são apresentados os marcos legais do Programa DF Alfabetizado e da Educação de Jovens e Adultos, os dados sociais, econômicos e educacionais da Região Administrativa Varjão, além da realização de problematizações sobre a relevância da Educação de Jovens e Adultos. O objetivo é propiciar uma reflexão sobre as relações entre a oferta da modalidade, desenvolvida pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), e as especificidades de seu público-alvo enquanto classe trabalhadora.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Programa DF Alfabetizado. Região Administrativa Varjão. Classe trabalhadora

^{*} Joyce Vieira de Castro Marra é pedagoga formada na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Educação de Jovens e Adultos. Professora na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), desde 2009, atua na Diretoria de Educação Profissional da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEBISEEDF). Contato: marrajoyce@gmail.com.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi lançado no segundo semestre de 2003, pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, com a finalidade de ser a porta de acesso à cidadania, contribuindo para a universalização da alfabetização e para a elevação da escolaridade de todas as pessoas em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, o Programa adotou uma concepção de política pública que reconhece e reafirma o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos.

No Distrito Federal, o Programa, denominado DF Alfabetizado, tem por objetivo principal universalizar a alfabetização de jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e possibilitar a continuidade da escolarização em nível de Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

O Programa tem por base o trabalho voluntário de alfabetizadoras e coordenadoras de turma, que são as responsáveis pela mobilização da demanda existente na comunidade local para a constituição das turmas de alfabetização, por meio da busca ativa de jovens, adultos e idosos não alfabetizados.

Conforme Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN (DISTRITO FEDERAL, 2015), a população urbana do Distrito Federal é estimada em 2.906.574 (dois milhões, novecentos e seis mil e quinhentos e setenta e quatro) habitantes, destes, 101.730 (cento e um mil, setecentos e trinta) declaram-se analfabetos ou sabem apenas ler e escrever bilhetes simples sem nunca ter frequentado à escola¹.

Cerca de 3,59% da população urbana do Distrito Federal chega à juventude ou à vida adulta sem frequentar a escola formal, ou seja, sem sequer acessar o direito social fundamental garantido no artigo 205 da nossa Constituição Federal de 1988, qual seja: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Moacir Gadotti (2013) afirma que a conquista desse direito depende do acesso generalizado à educação básica, mas que o direito à educação não se esgota com o acesso, a permanência e a conclusão desse nível de ensino: ele pressupõe as condições para continuar os estudos em outros níveis.

A Educação de Jovens e Adultos constitui-se como a modalidade da educação básica destinada aos jovens, a partir dos 15 anos de idade, adultos e idosos que não iniciaram, ou que interromperam, seu processo de escolarização nos Ensinos Fundamental e Médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) estabelece no artigo 37, em seu parágrafo primeiro:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996)

O Caderno da Educação de Jovens e Adultos do Currículo em movimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) diz que: A EJA é o direito assegurado à classe trabalhadora que durante o dia confia seus filhos e ou familiares à escola pública e à noite busca esta mesma escola para exercer seu direito à educação. Ampliar o acesso, assegurar a permanência e garantir a continuidade são desafios cotidianos enfrentados pelas esferas de gestão seja no nível central, intermediário ou local (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 09).

Tendo como base a democratização do acesso dos sujeitos da EJA à educação formal pública, a implantação do Programa DF Alfabetizado foi concebida para promover – por meio da alfabetização de jovens e adultos, considerada etapa inicial do processo de escolarização –, a continuidade dos estudos de seus egressos na Educação de Jovens e Adultos ofertada pela rede pública de ensino.

Em 2013, a SEEDF realizava a 2ª edição do Programa DF Alfabetizado, com a oferta de dois cursos de alfabetização de jovens e adultos com duração de seis meses.

As Coordenações Regionais de Ensino (CRE) ficaram responsáveis por executar o Programa nas Regiões Administrativas (RA) de sua abrangência. Dessa forma, coube à CRE do Plano Piloto e Cruzeiro a tarefa de promover cursos de alfabetização de adultos nas RA Plano Piloto, Cruzeiro, SIA, Lago Sul, Lago Norte e Varjão.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada em 2015 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, dividiu as Regiões Administrativas do DF em quatro grupos com base nas rendas domiciliar e per capita, são eles: grupo I - alta renda; grupo II - média-alta renda; grupo III - média-baixa renda; e grupo IV - baixa renda.

Estes dados apontam que as RA atendidas pela CRE do Plano Piloto e Cruzeiro estão situadas no grupo de alta renda (Plano Piloto, Lago Sul e Lago Norte), no grupo de média-alta renda (Cruzeiro e SIA) e no grupo de baixa renda (Varjão).

Ainda de acordo com a PDAD, no grupo de alta renda situa-se a população mais instruída e qualificada, predominando os funcionários e empregados públicos, profissionais liberais, empresários, entre outros. Nas regiões de baixa renda, encontra-se a faixa da população que compõe a mão de obra menos especializada e com menor instrução, empregada na construção civil, empregos domésticos e no comércio.

Constatou-se, então, que o Varjão apresentava o público-al-vo para a implementação do DF Alfabetizado na CRE do Plano Piloto e Cruzeiro, dessa forma, a Coordenação Intermediária responsável pelo Programa desenvolveu as ações necessárias para a oferta do curso de alfabetização no segundo semestre de 2013. Assim, foram formadas três turmas na Escola Classe Varjão (EC Varjão), atendendo 46 alfabetizandos. Importante destacar que uma das alfabetizadoras responsáveis por essas turmas era morada da RA, sendo fundamental para o início do Programa devido ao seu trabalho mobilizador como líder comunitária.

A abertura da EC Varjão no turno noturno levou os moradores a procurarem a escola para realizar matrículas na Educação de Jovens e Adultos. Observamos que, embora não houvesse a oferta da modalidade EJA na única escola pública da RA Varjão, a demanda existia e era redirecionada às escolas de EJA das RA mais próximas, principalmente o Lago Norte. Ou seja, enquanto a EC Varjão permanecia fechada no período noturno,

a SEEDF disponibilizava transporte escolar para os moradores do Varjão frequentarem a Educação de Jovens e Adultos no Centro Educacional do Lago Norte (CEDLAN). O ponto de saída dos ônibus era a própria EC Varjão!

Por meio da procura da comunidade, e analisando os dados da PDAD realizada em 2013, observou-se que o Varjão apresentava uma demanda em potencial para a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que:

- Dos 9.254 moradores: 3,68% eram analfabetos ou sabiam ler e escrever apenas bilhetes simples sem ter frequentado à escola; 2,85% não concluíram ou não tiveram acesso ao Ensino Fundamental completo na idade obrigatória.
- Dos responsáveis pelos domicílios, concentrados nos grupos de idade de 36 a 45 anos e 46 a 55 anos, 5,97% se declararam analfabetos e 56,42% possuía o Ensino Fundamental incompleto.
- Em contrapartida, dos 34.400 moradores do Lago Norte, apenas 0,35% declarou-se como analfabeta, enquanto que 57,96% da população concentrava-se na categoria dos que tem ensino superior completo.

Dessa forma, alguns questionamentos começaram a surgir:

- Porque havia a oferta dos 1°, 2° e 3° segmentos da Educação de Jovens e Adultos em duas escolas do Lago Norte, pertencente ao grupo I alta renda, enquanto não havia a oferta da modalidade na única escola pública do Varjão, pertencente ao grupo IV baixa renda?
- De que maneira a não promoção da oferta da modalidade EJA pela SEEDF em locais com grande concentração de público- alvo, como o Varjão, colabora com a continuidade da exclusão do acesso dos jovens, adultos e idosos ao direito à educação?
- Como democratizar o acesso à educação básica se a oferta da modalidade EJA não contempla as especificidades e demandas de seu público-alvo?
- Quais as condições administrativas, materiais e de infraestrutura necessárias para a promoção da continuidade dos estudos dos alfabetizandos egressos das turmas do Programa DF Alfabetizado em funcionamento no Varjão na própria RA de moradia sem a necessidade de deslocamento para outra RA?
- A oferta da EJA no Varjão poderia contribuir para o aumento da escolaridade da população? Quais os impactos do aumento da escolaridade na situação ocupacional da classe trabalhadora do Varjão? A EJA seria uma oportunidade de ascensão social dos trabalhadores por meio do/a acesso/mudança de emprego ou profissão?

Simultaneamente à execução do DF Alfabetizado no Distrito Federal, ocorreu, em 2013/2014, o II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos, promovido pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O objetivo principal dessa especialização era ofertar formação continuada aos professores e profissionais da EJA, em exercício na rede pública de ensino do DF, criando condições para a construção local de uma educação contextualizada de acordo com suas especificidades e para a constituição de uma Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em Rede na Diversidade (CTARD).

A metodologia estava fundamentada no desenvolvimento de um percurso de aprendizagem, que iniciava-se com um diagnóstico da realidade onde os cursistas viviam, seguido de aprofundamento teórico-conceitual de temáticas relacionadas a cidadania e diversidade, chegando à conclusão com um Projeto de Intervenção Local (PIL) desenvolvido pelo professor/profissional cursista durante o curso.

Diante desse panorama, foi se delimitando a tarefa de ampliar a oferta de alfabetização de jovens e adultos, bem como de implementar a modalidade EJA na Escola Classe Varjão, contribuindo para:

- Atender a demanda de escolarização dos jovens e adultos do Varjão;
- Promover a continuidade dos estudos para os egressos do Programa na Educação de Jovens e Adultos da rede pública de ensino;
- Adequar a oferta da modalidade no âmbito da CRE Plano Piloto/Cruzeiro:
- Alinhar este contexto na execução de um Projeto de Intervenção Local.

A implementação do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos na EC Varjão foi efetivada no primeiro semestre de 2015, após um intenso trabalho de mobilização na comunidade promovidos pelas alfabetizadoras voluntárias do Programa DF Alfabetizado.

A Escola abriu cinco novas turmas, sendo duas turmas da 1ª etapa e uma turma das 2ª, 3ª e 4ª etapa, respectivamente, totalizando 108 estudantes atendidos. No segundo semestre de 2015, foram 94 estudantes concluintes do primeiro segmento.

Em 2016, a EC Varjão atendeu 184 estudantes no primeiro segmento da EJA, e ainda ofertou duas turmas do Programa DF Alfabetizado, com 20 alfabetizandos atendidos. Em 2017, ocorre a ampliação da oferta da modalidade na escola, com a implementação de turmas de segundo segmento da EJA.

Acreditamos que a abertura da Educação de Jovens e Adultos na EC Varjão não deva excluir a oferta da modalidade no Lago Norte, pois ambas constituem possibilidades de ampliação do acesso da classe trabalhadora à educação escolar, além de contribuir para sua permanência e para a conclusão dos estudos.

Ressaltamos, ainda, que a realização do percurso formativo escolar no território em que o estudante reside é fundamental para o desenvolvimento dos seus vínculos sociais e comunitários, para o fortalecimento de suas identidades individuais e coletivas e para o desenvolvimento econômico, social e cultural da própria Região Administrativa.

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos representam a classe de trabalhadores que se encontram à margem do acesso aos direitos, aos espaços e aos bens culturais, sociais e econômicos produzidos pela sociedade.

Marra e Borges (2014, p. 20) explicam que:

A Educação de Jovens e Adultos no Varjão poderá se constituir como esse espaço de retomada de direitos, de busca por estratégias pedagógicas que desenvolvam a compreensão da realidade social e as formas de participação nas lutas coletivas para a transformação da sociedade, passando pela reflexão e reelaboração da própria história de vida dos estudantes e do reconhecimento dos limites e das potencialidades de sua condição de classe trabalhadora.

Nesse sentido, Nosella (2011, p. 12) analisa a escola como um espaço de desenvolvimento de estratégias de superação da opressão, de retomada de direitos, do acesso ao conhecimento e do poder de reflexão sobre a sociedade. E, ainda, como possibilidade dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos alcançarem as condições para usufruírem dos valores sociais hegemônicos da sociedade e da cultura que lhes permitam tornarem-se produtores dirigentes da sociedade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 27.833, 23 dez. 1996.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em movimento. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Governo do Distrito Federal. Brasília, 2014.

_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

Brasília. 2013.

. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD). Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

Brasília. 2015.

__. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

Brasília. 2016.

GADOTTI, Moacir. Eja em debate. Florianópolis, Ano 2, n. 2. Jul. 2013. Disponível em http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA.

MARRA, J.; CONCEIÇÃO, R. **A Educação de Jovens e Adultos na Escola Classe Varjão**. Trabalho de conclusão de curso (Il Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA). Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

NOSELLA, P. **Educação e Trabalho**: Território e Globalização, In: Colóquio de Pesquisa em Instituições Escolares: Pedagogias alternativas. PPGE da UniNove-SP. São Paulo, 2011.